

DISCURSO DO SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELOS
NA SESSÃO VESPERTINA DE 2-8-79.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (MDB — PE.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é longa a luta do povo brasileiro para viver em regime democrático. Em toda a nossa História alternamos períodos de autoritarismo com períodos de relatividade democrática ou, mais precisamente, liberalidade relativa. É que sempre, no País, prevaleceu o interesse das minorias; é que sempre, no Brasil, as grandes maiorias populares nunca viram prevalecer os seus interesses, nunca puderam, em regime democrático — que nunca tivemos — fazer prevalecer os seus anseios, conduzir a Nação de acordo com seus interesses. Com a queda do Estado Novo, passamos de um longo período de autoritarismo para mais um período em que prevaleceu o sentimento liberal, onde as maiorias puderam protestar, até mesmo se organizar, mas não tiveram o direito de ser Poder e de implantar o regime que correspondesse aos seus anseios e às suas necessidades. E foi no período de organização das maiorias populares, quando elas ameaçavam alterar a correlação de forças, período em que os interesses nacionais pareciam que iriam vencer os interesses alienígenas, que empresários e militares se uniram para, mais uma vez, fazer cessar o período de relatividade democrática, para implantar mais um período de autoritarismo neste País. Mil novecentos e sessenta e quatro surgiu como sucessor de outros movimentos golpistas — o de 1954, o de 1955, o de 1961 — e, vitorioso, implantou no País o mais negro, o mais odioso regime, onde prevaleceu o autoritarismo. Implantou 1964 um regime onde os interesses dos empresários foram mantidos pelas Forças Armadas e, igualmente, pela tecnoburocracia, que fez prevalecer um modelo econômico no qual foi marginalizada a maioria do povo brasileiro, no qual as grandes beneficiárias foram aquelas empresas, de maioria alienígena, que produziam para um mercado reduzido, pouco se importando o modelo com a maioria marginalizada e que cada dia empobrecia e se via mais sem condições de ganhar o suficiente para atender às suas necessidades.

Este regime autoritário prevalece até hoje: nada mudou nele. O que mudou foi a maneira de sua atuação, a maneira de ele se apresentar à Nação, eis que, levado por condições externas e internas, montou neste País a mais odienta farsa que já tivemos condições de ver na nossa História, a farsa da chamada abertura democrática. O que ocorre é que, durante 15 anos, tanto se beneficiou minorias que as maiorias populares voltaram a pressionar o sistema para ver atendidas as suas necessidades. Por outro lado, motivações externas, a exemplo da mobilização da opinião pública dos Estados Unidos, levaram a ser criadas novas faces para os regimes onde as minorias exploram as maiorias. E é dentro deste contexto que o Governo brasileiro adotou a farsa da abertura, quando, na verdade, a cada concessão dita liberal, o Governo arma-se de instrumentos de força, autoritários, para continuar a fazer prevalecer o modelo que não atende às maiorias populares do País. E é fácil se observar toda esta farsa. O AI-5 foi sucedido pelas salvaguardas, que permitem a suspensão dos mandatos dos Parlamentares. Quando o Governo fala em abertura, mantém sob intervenção, ainda, os sindicatos, que não se podem manifestar livremente, que não têm autonomia. Quando o Governo fala em liberdade de imprensa, manda para este Congresso a lei que criou a SECOM, através da qual pretende implantar a ditadura da notícia no País; fala em abertura e faz eleição sem direito do rádio e televisão à Oposição; determinado — o que é pior — a ditadura dos Senadores "bionicos" no Congresso Nacional. Hoje em dia o Congresso é manobrado totalmente pelo Governo, porque a figura do Senador "bionico", essa excrescência, essa indecência nacional, mantém uma ditadura e não permite que aqui sejam aprovados projetos que representem os interesses da grande maioria da Nação brasileira. Mas não é só isso: há todo um plano para ser efetuada a transposição do autoritarismo para o liberalismo de direita, no qual é preciso que se denuncie a farsa, por exemplo, do voto distrital, que o Governo quer implantar para manipular a opinião pública, para continuar controlando o Congresso, para impedir que as maiorias populares tenham vez neste País.

A farsa é atestada na revogação do 477. A revogação ocorre com a incorporação do espírito do 477 aos Regimentos das Universidades, e com um Projeto de Lei, a ser discutido hoje à noite no Congresso, onde o Governo tenta impossibilitar a participação do estudante na vida nacional.

A farsa é comprovada ainda no Projeto de Anistia: Projeto promovido pelo Governo para iludir o povo. Projeto que não concede anistia ampla, geral e irrestrita.

Projeto restritivo, que exclui brasileiros patriotas que lutaram pela libertação do nosso povo, que coloca milhares de trabalhadores demitidos e perseguidos nas mãos de funcionários do governo, muitos dos quais perseguiram, demitiram e torturaram os trabalhadores. Projeto que não é justo pois exclui patriotas da anistia e inclui os torturadores.

A farsa leva o Governo a conceder a meia anistia e em seguida leva-o a prorrogar eleições, para que a parcela anistiada não participe do processo eleitoral.

É, sem dúvida, dentro deste quadro, destes conceitos a que me refiro que o Governo que aí está começa a discutir a reformulação partidária, reformulação partidária que faz parte da farsa. E o rei se mostrou nu, quando o General João Baptista Figueiredo, em entrevista à revista *Veja*, deixou claro que precisa manter a qualquer custo a maioria parlamentar e que pouco importa o pluripartidarismo, desde que ele atenda à manutenção de uma maioria que permita continuar este Brasil a viver sob o regime autoritário disfarçado sob o liberalismo de direita, sob até uma democracia de direita.

Nunca vi, em lugar nenhum do mundo, falar-se em pluripartidarismo definindo-se o número dos partidos por conta daqueles que detêm o poder por força das armas. Aqui no Brasil não quer o Governo implantar o pluripartidarismo. O que o Governo quer é fazer o jogo das minorias, para mantê-las usufruindo toda a riqueza nacional, criando tantos partidos quantos sejam necessários para o jogo sujo que exclui da vida nacional as grandes maiorias populares.

Pluripartidarismo é a posição daqueles que agora neste Congresso estão defendendo a emenda proposta pelo Deputado Roberto Freire, que permite a livre criação dos partidos, para que todos os segmentos sociais se façam representar na vida nacional, através de atuação política regular. Querer criar um, dois, três, quatro, cinco partidos faz parte daquele jogo dos que, há 15 anos, levados pelas armas e contra o povo, estão entregando esta Nação ao capital estrangeiro, estão marginalizando nossas maiorias populares, impedindo que elas se manifestem e sejam atendidas nas suas necessidades.

Somos a favor do pluripartidarismo, mas queremos que seja um verdadeiro pluripartidarismo, com partidos criados de baixo para cima, representando todos os segmentos sociais, todas as aspirações do povo brasileiro. E, dentro desse contexto, recusamo-nos a admitir a extinção do MDB por jogo deste Governo. Recusamo-nos a aceitar que o cinismo oficial, a serviço de interesses espírios, acabe com o MDB. O MDB, ao longo dos anos, e através da manifestação de suas correntes mais consequentes, legitimou-se ao combater o arbítrio, fez-se afirmação nacional ao defender as maiorias populares da Nação. Portanto, devemos todos nós participar da luta para impedir a dissolução, pela força, do MDB. Dentro do partido, é certo, podemos ter as nossas posições e defender as nossas alianças. Acredito mesmo que possam existir setores que estejam satisfeitos com a abertura à direita que o Governo faz, com a implantação do liberalismo que não representa os anseios das maiorias populares. Evidentemente que cabe a nós, conscientes disso, participar da grande luta que aprofundará as raízes populares do MDB, com a exclusão daqueles setores que hoje estão a serviço do Governo, ou satisfeitos com o concedido liberalismo de direita. No que acredito, no que creio é que o MDB, legitimado na luta e no sofrimento, deverá, a cada dia, incorporar aos seus quadros representantes das grandes maiorias populares da Nação e deverá, evidentemente, ser o instrumento de luta dessas maiorias populares, que não aceitam o autoritarismo e que querem ter o direito de ser governo neste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, enfrentamos, ao longo dos anos, a injustiça, a força, a tirania: enfrentamos a morte, enfrentamos, ao longo dos anos, aqueles que se apoderaram do poder para trair a Nação, os que negaram as origens anunciadas do movimento de 64 e estamos hoje enfrentando novamente aqueles que, através do jogo da farsa, da abertura, querem continuar, prevalecendo no País um regime que atenda às minorias dominantes, às classes dominantes que exploram e infelicitam a Nação brasileira.

A nossa luta será de rebeldia, será permanente e constante, a favor do pluripartidarismo, é certo, mas contra o uso da força, como se vem fazendo repetidamente nesta Nação, e agora mais grave do que nunca, para destruir partidos e manter os interesses espúrios e criminosos dos que controlam e dirigem a Nação brasileira. (Palmas.)

DISCURSO DO SR. DEPUTADO OCTACÍLIO QUEIROZ NA
SESSÃO VESPERTINA DE 3-8-79.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ (MDB — PB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esta altura dos acontecimentos da vida política nacional, parecia quase que irrelevante reeditar-se, desta tribuna da Câmara dos Deputados, o quadro ou a herança calamitosa a que o regime autoritário e militarista, durante os últimos quinze anos, relegou, aos dias presentes e aos próximos ou mais distantes, o povo brasileiro.

Mesmo assim, ao término deste discurso, tentarei dizer alguma coisa em nada inédito, mas para ajudar a manter-se viva a memória de todos, face às decisões que se irão tomar do Plenário do

Congresso Nacional, nesta fase, para efetiva e plena restauração da democracia e da liberdade no Brasil.

Sem dúvida, entre outros, desponta, nesta hora, uma das decisões, a serem tomadas, das mais significativas para os seus destinos.

Não é senão a da anistia ampla, geral e irrestrita ou aos moldes reduzidos do projeto do Executivo, ora em curso no Parlamento Nacional.

Antes, para bem ilustrar meu pensamento, à maneira e gosto pelas citações de tantos e tantos oradores deste País, passo a mencionar o exemplo de Caxias, o condestável do Império, quando, após a pacificação do Rio Grande do Sul, ainda ensopado o heróico solo gaúcho, do sangue dos soldados da República de Piratini, proclamou ele, alto e bom som:

"Rio-grandenses:

É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil, que por mais de nove anos devastou esta bela Província, está terminada."

E mais adiante:

"S.M. o Imperador ordenou, por decreto de 18 de dezembro de 1844, o esquecimento do passado e, mui positivamente, recorrendo no mesmo decreto, que tais brasileiros não sejam judicialmente nem por qualquer outra maneira perseguidos ou inquietados pelos atos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução."

E concluía:

"Maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas passadas dissensões. União e tranquilidade sejam de hoje em diante a nossa divisa."

É óbvio que aqueles tempos passaram, que hoje são outros. Mas anistia é bem isso, em permanente verdade, o esquecimento, sem humilhações, sem prisioneiros, sem seqüelas de casuismo, de mentira, de crueldade, da prevalência de processos, sem defesa para os acusados, levantados nos cárceres hediondos e soturnos do DOI-CODIS.

Anistia, dizem os lexicógrafos da Língua Portuguesa, de Caldas Aulete a Buarque de Holanda, deriva da palavra grega ou latina *amnestia*, que significa, literalmente, esquecimento coletivo concedido pelo Estado, principalmente por crime de rebelião.

Não é indulto, pois este traduz perdão por crimes de condenados comuns e de contraventores, clemência do Poder Executivo, dispensa ou comutação de pena.

Mas em se tratando de fatos políticos, à semelhança do que ocorreu neste País, nos últimos anos, mesmo durante a pré-fabricada guerra revolucionária dos tenebrosos dias do Governo Médici, constitui um sofisma a pretensa distinção que se pretende fazer entre brasileiros, ainda presos políticos, por mercê de omisos e vergonhosos inquéritos sigilosos, sem, ao menos, o elementar direito de defesa dos acusados, a maioria, seviciados, torturados, vilipendiados como pessoa humana, muito embora sob a garantia inescusável do Poder Público.

É preciso revestir-se da armadura vil da bajulação, do nepotismo, do servilismo partidário mais repugnante e pusilânime perante os mandões e os seus cruéis e bestiais mandatórios de ontem, para confundir-se a anistia, implicitamente, decisão ampla, geral e irrestrita, com distinção entre brasileiros envolvidos, banidos, cassados ou prisioneiros por crimes políticos, por obra e graça de uma violência cega e repressiva, alimentada, muitas vezes, por mentiras universalmente difundidas, sem judiciais provas, limpas e reais, dadas as condições dos processos inquisitoriais, arrancados pela tortura, até à morte, para condenação notadamente de jovens, por força daqueles supostos depoimentos ou provas de terrorismo.

No entanto, por isso mesmo, a Lei da Anistia, neste histórico momento da Nação Brasileira, deve possuir as mesmas conotações, dispositivos e significação política da Lei Aurea, de 1888, que aboliu a escravidão neste País.

É, em evidência, o que deve e pode fazer, neste agosto de 1979, o Parlamento Brasileiro para segurança e elevação de seus princípios e direitos inerentes ao que representa e que cumpre desempenhar.

Em igual sentido, estou encaminhando à presidência da Comissão Parlamentar do Congresso, que vai apreciar o Projeto de Lei n.º 14/79, emenda que autorizará o Poder Executivo a fixar uma pensão vitalícia para todas as mães, viúvas e filhos menores da-

queles brasileiros que foram mortos nos cárceres dos órgãos da Segurança Nacional, em seus domicílios ou em luta contra os mesmos elementos de repressão oficial, ou para a dos ausentes. Por igual, bem assim, procuro estender a providência em causa àqueles que ficaram, em razão de tais fatos, mutilados e plenamente incapazes para o desempenho de qualquer atividade ou trabalho normal.

No entanto, Sr. Presidente, é uma honrosa e nobre conquista, da tradição constitucional republicana de nosso País, a iniciativa pelo Legislativo da concessão da anistia. Para tanto, bastaria compulsar as Constituições de 1891, de 1934, de 1946.

Mas na atual Constituição, delegada ou outorgada, sem dúvida, modificada depois, ainda para pior, pelo autoritarismo, feriu-se frontalmente a competência, antes exclusiva do Poder Legislativo, de conceder anistia. Fixou-se, para tanto, através da alínea VI, do art. 57, ao poder ditatorial, ser de iniciativa exclusiva do Presidente da República a concessão de anistia relativa a crimes políticos, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, pelo que, quanto às últimas expressões, trata-se de uma inocuidade sobrejamente comprovada através de tantos atos de arbítrio e prepotência dos chefes militares, que dominaram o País nos últimos tempos.

Por via de consequência, o Congresso Nacional deve, já que acaba de receber, do Poder Executivo, a Mensagem e o Projeto de Lei de Anistia, alterá-lo substancialmente, concedendo a anistia tal como legitimamente deve ser — anistia esquecimento, anistia geral, ampla, irrestrita. Assim, verdadeiramente, a almejada e inadiável anistia para o povo brasileiro, sua pacificação e harmonia.

Fora daí, reedita-se o casuismo, o vai e não vai governamental e do semi-oculto e atuante sistema, que ainda queira pretender-se dono ou senhor dos destinos coletivos desta Nação.

Nem valerão a pena anódinos pareceres de apoio à proposição governamental, sob a inspiração de nomes vinculados ao mais ferrenho e acomodado casuismo jurídico, auridos que o sejam às cerebrinas construções de juristas vinculados à tradição da *agê dorée*, dos velhos tempos da UDN, remanescentes alguns da famosa "banda de música" do Parlamento daqueles idos que fazia a festa da alta burgueria, rica, feliz e bem letrada.

Anistia, sim, emanada limpamente do Poder Legislativo — geral, ampla e irrestrita.

Contudo, Sr. Presidente, não posso nem devo deixar sem registro, neste discurso, o caos constitucional a que infelizmente atingiu a Nação brasileira.

Daí por que, Sr. Presidente, contrariando a tradição constitucional e republicana deste País, desde a Constituição de 1891, das demais Constituições, elidiu-se o direito de a iniciativa do benefício da anistia ser do Poder Legislativo. E, pela Constituição atual, esse dispositivo de todos os tempos do constitucionalismo brasileiro passou a ser de iniciativa do Sr. Presidente da República, cabendo-lhe, por via de consequência, a prioridade legiferante daquilo que, nesta hora, tantos brasileiros punidos e sacrificados necessitam — precisamente a anistia.

Lamentável restrição ao Parlamento originou-se à época de um Poder Legislativo subordinado a prazos exíguos, a funções menores ou às limitações conhecidas, edificando-se, por isso mesmo, a iniciativa de lei de anistia da exclusiva vontade e competência do Poder discricionário.

Daí, por consequência, a inteira e justa procedência de todos aqueles que, nesta etapa da vida nacional, proclamam por uma Assembleia Constituinte.

Estritamente vinculada à problemática política, sendo esta, no atual momento, da máxima importância, de urgente solução, por outra está assim a gravíssima situação econômico-social do País.

Não posso, regimentalmente, pela exiguidade de tempo, deter-me na análise econômico-financeira nesta encruzilhada nacional difícil e carregada ainda de pesadas nuvens.

Límito-me a dizer, antes do mais, que os tecnocratas deste País, ao que tudo indica, contrariam ou poderiam estar sempre contrariando uma afirmativa de alto valor e mérito do filósofo francês Bachelard, ao dizer que "é necessário refletir para medir e não medir para refletir."

Pois bem, Sr. Presidente, ao calor do mais recente noticiário de imprensa nacional e estrangeira, quero destacar, na brevidade deste discurso, parte de uma série de informes que, é bem claro, necessitam antes de mais reflexão do que medição.

Senão vejamos:

A dívida externa do País aproxima-se de US\$ 50 bilhões de dólares. A dívida interna também aproxima-se agora, em cruzeiros, de 400 bilhões.

No entanto, é o Brasil o campeão da lucratividade bancária. Segundo "World Financial Markets", de Nova Iorque, não há nenhum país que sequer aproxime-se da marca brasileira em matéria de margem de lucro: a diferença entre a taxa que os bancos pagam pelos recursos captados e aquela que aplicam na hora de emprestar.

Juros que superam a inflação projetada no Brasil. São os 62% cobrados em abril, o que explica o interesse, não de todo declarado, diz a publicação em causa, dos bancos estrangeiros pela ampliação dos seus negócios neste País.

A PETROBRÁS, agora sob ameaça de desmoralização pelo Governador de São Paulo, passando este monopólio estatal do 25.º lugar, dentre as 500 maiores empresas industriais não norte-americanas, para o 21.º, segundo a revista "Fortune" constatou recentemente. E pela mesma publicação, o Banco do Brasil, sob o mesmo aspecto, dos 50 maiores bancos comerciais da Europa, para os EUA, passará do 8.º lugar que ocupava para o 16.º

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Nobre Deputado Octacílio Queiroz, eu o vejo como aquele combativo e eficiente Parlamentar da Oposição que, no desempenho dos seus deveres, exerce o mandato com seriedade e promove as críticas que entende necessárias ao Governo. Permita-me V. Ex.^a, todavia, fazer alguns reparos para aduzi-los ao pronunciamento de V. Ex.^a nesta tarde. É preocupação, creio, não apenas de V. Ex.^a, mas nossa também, o aperfeiçoamento das instituições e o aprimoramento da democracia neste País. Exatamente por isso estamos aqui a debater, e da nossa Constituição Federal destaco, como saudável, até mesmo como a mais salutar, a Emenda Constitucional n.º 11, pelas razões já sobejamente conhecidas de aprimoramento das instituições. Aliás, o próprio Presidente da República, ao assumir o poder, não hesitou em declarar o seguinte: "No que dependa do Presidente da República, já manifestei por diversas vezes minha inabalável determinação de tudo fazer para prosseguir nesta trajetória linear". Refere-se o Presidente João Figueiredo à abertura democrática. Então, esses passos todos que temos dado, se não são aqueles desejáveis pela Oposição, serão seguramente passos concretos no sentido que todos nós desejamos, de uma democracia estável e saudável neste País.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Nobre Deputado, agradeço a V. Ex.^a o aparte, mas há, sem dúvida, uma profunda interrogação de todos os brasileiros preocupados face ao momento decisivo da vida nacional. E tenho minhas dúvidas, perdoe-me V. Ex.^a, de que o partido majoritário possa na verdade atender àquilo que é fundamental, que é reclamado, que é exigido num diapasão único: anistia ampla, irrestrita e plena.

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Nobre Deputado Octacílio Queiroz, toda a Casa conhece a combatividade de V. Ex.^a, a firmeza das suas posições, defendidas há tantos anos nesta Câmara dos Deputados. Hoje à tarde V. Ex.^a faz uma análise segura do projeto enviado pelo Governo a esta Casa, tratando do problema da anistia. E V. Ex.^a mostra, com conhecimento, que a anistia tem que ser aquela ampla, geral e irrestrita, aquela que tire das cadeias os presos políticos que lutaram — não importa que discordemos nós da forma — contra um regime que se impôs pela força, que alienou a soberania nacional e que impediu que as maiorias populares tivessem acesso às necessidades básicas de atendimento. V. Ex.^a diz, com propriedade, como deve ser a anistia. V. Ex.^a fala inclusive em Caxias, patrono do Exército brasileiro, e mostra que essa meia anistia do Governo faz parte da farsa que este Governo vem promovendo há algum tempo para iludir a Nação e para tirar a veste da ditadura declarada, passando para um regime de liberalismo de direita, com os mesmos defeitos e os mesmos erros da ditadura de ontem. Parabéns V. Ex.^a

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Muito obrigado.

O Sr. José Carlos Vasconcelos — Chamo a atenção de V. Ex.^a para um fato gravíssimo que ocorreu nesta Casa. Ontem, o presidente da Comissão Mista que estuda o projeto da anistia, o ilustre Senador Teotônio Vilela, convocou uma reunião para às 9 horas de hoje. Queria S. Ex.^a distribuir entre os membros da Comissão pareceres da OAB, da ABI, de membros da Igreja, depoimentos de diversos segmentos da sociedade brasileira, que S. Ex.^a obteve durante o mês de recesso, para que cada um pudesse estudar aqueles documentos e votar conscientemente a favor da Nação brasileira. Pois bem, ilustre Deputado, a ARENA, talvez por determinação deste Governo de farsa, não compareceu àquela reunião: preferiu se ausentar, numa hostilidade à Nação brasileira, exatamente aqueles que querem conseguir uma anistia real para este País. E este fato é mais grave no momento em que o mundo político quer readquirir o direito de conduzir a Nação brasileira. Faltou responsabilidade à ARENA, quando se curvou às pressões do Governo, pressões de que já ouvimos falar de manhã nas rádios desta Capital, através do pronunciamento do Líder do Governo no Senado, o Senador Passarinho, que criticava a Comissão por ter constituído subcomissões para visitar os presos

políticos. Portanto, tem razão V. Ex.^a. Continue a luta, porque, na verdade, cabe a nós, democratas, defender o povo brasileiro e mostrar à Nação a farsa deste Governo e do partido que o sustenta e que se dobra às imposições da ditadura brasileira.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Muito grato a V. Ex.^a

Continuando, Sr. Presidente, esta Câmara dos Deputados, mais uma vez, é viva testemunha e sobejamente reconhece a quase insuperável herança dos chamados Governos da Revolução, uma Revolução que, quer no plano filosófico ou sociológico, operou-se pelas avessas, reacionariamente, passando a Nação a um retrocesso democrático sob o império da força militar e policial repressora, sob a dominância de um reino bisonho de tecnocratas hábeis em remendos contábeis, mas que pervagam, sob números e estatísticas, a partir de episódios trágico-jocosos, mas ruinosos, como o das simonetas, às aventuras de Atallas e quejandas, dos fracassos da SUDENE, da escamoteação salarial, à manipulação desavergonhada e política da indústria e do anticomunismo, da censura à imprensa falada ou escrita, da propaganda incessante e falsa pelo rádio e televisão.

Todo esse entulho o Presidente João Baptista de Figueiredo estaria convidado pelo povo brasileiro a eliminar com coragem, compreensão e dedicação patriótica e democrática, a bem do sofrido povo brasileiro. E que, revestindo-se de nova personalidade, se desencarne da imagem de antigo chefe do SNI, logicamente, conviente com tudo o que tanto mal, perversamente, se fez, nestes quinze anos, aos trabalhadores brasileiros, às donas-de-casas de todos os lares deste imenso País, ao funcionalismo público, humilde e sacrificado, ao professorado de todos os níveis, aos estudantes, aos pequenos proprietários rurais e urbanos, aos Municípios e Unidades da Federação, a todos aqueles que compõem a vasta tecitura da imensa sociedade civil e pobre do Brasil.

Ai está, Sr. Presidente, a crise de combustíveis, monocórdio e presente cantochão dos tecnocratas para empanar a realidade do desastre financeiro e econômico de que foram e são responsáveis.

Seria, talvez, devo repeti-lo, mais um lugar comum perante esta Câmara de Deputados, que vive a Nação um de seus mais graves e decisivos momentos históricos. Por via de consequência, o Congresso Nacional está e deve decidir, dentro de poucos meses, dos destinos políticos e democráticos da Nação. Mas vale dizê-lo novamente. Realmente, atingiu-se a uma fase decisiva, nacionalmente decisiva.

Anistia, pluripartidarismo, espoliação pelo capital alienígena, marginalização de imensa parcela do povo brasileiro, Nordeste semi-abandonado, repressão policial, os salários miseráveis, a proletarianização da classe média, crise de combustíveis, luta estudantil pelos seus direitos e pela liberdade, Estado autoritário em falência, Congresso Nacional e Poder Judiciário ainda limitados em suas prerrogativas constitucionais, autênticas e essenciais à vida democrática, bionismo, pobreza asssorberante nos meios rurais e urbanos, carestia de vida, dívidas externa e interna que se fixam já hoje em números astronômicos, temos, em tudo isso, uma grande parcela desta penumbrosa paisagem de sérias indagações e de transição para os legítimos destinos do povo brasileiro.

A todos, no entanto, configura-se uma ansiosa necessidade coletiva, uma angústia, sem precedentes, no sentido de emergir a Nação desta caliginosa noite de sacrifícios ilimitados para o povo, de insegurança, de dúvidas, de medo e de apreensões, quando, pelo menos, a mesma Nação vai tomando maior e mais lúcida consciência do pesado e duro desafio que lhe foi imposto, contrário a uma justa existência próspera, saudável, livre e independente.

É que já podemos compreender que nestes quinze anos assistiram todos, assistiu o povo brasileiro, por fim, não apenas a uma comédia de erros, mas a uma verdadeira tragédia de erros, de erros e de remendos do poder militar autoritário, dominante, econômicos, financeiros, sociais, para os quais subjugou-se a sociedade civil, transformou-se, malbaratou-se a economia, o trabalho, todas as energias vitais, materiais e humanas deste País, como gigantesca cocala a serviço das empresas multinacionais e pelo exercício de uma tecnocracia alienada, sob a proteção do autoritarismo, ora violento, às claras, ora sob a manipulação de nova subspecie de maquiavelismo, ao lado de uma propaganda oficial monocórdia e insuportável.

De logo, é necessário dizer, no entanto, que se houve algumas realizações ou tentativas de médias ou de gigantescas realizações materiais — o que é sabidamente comum aos regimes autoritários, com inaudito sacrifícios das classes trabalhadoras e assalariadas, que, se o Governo, o Estado, em verdadeira análise cresceu, apresentando-se sob a falácia de uma renda per capita crescente — nunca a Nação brasileira esteve tão emprobecida, sacrificada, desvaída pela fome, pelos terríveis desajustes salariais, pela inflação, o endividamento externo, a falta de habitação, os me-

nores abandonados, a violência e o crime como enfermidade crônica e alarmante dos centros urbanos de maior densidade populacional, a falta de saúde, de habitação e de emprego, de liberdade, um infinito acervo de leis e decretos políticos, que, despejados pela onipotência do Poder Executivo, ainda mais conturbaram a vida nacional. Temos aí, em breve e incompleto somatório, a herança cruel que o regimen descricionário apresenta à face desta Nação, de seu povo, nesta precisa hora de apreensões, mas de renovada e inelutável desafio aos seus próprios destinos.

Sem dúvida, o golpe militar de 1964 foi um dos piores desastres políticos a que se relegou esta Nação. Mesmo assim, consumado que foi, quando dentro dos princípios da Constituição vigente àquela época se teria evidentemente encontrado a solução cons-

titucional e política para a crise prevalecente naqueles dias difíceis, o que depois se viu foi, no entanto, uma escalada de anos de violência e de prepotente autoritarismo, culminados pela época negra e nefasta do Governo Médici, ponto culminante do terror oficial, da tortura e das perseguições injustas, da bajulação, do medo e do mais ridículo obscurantismo cultural e político.

Hoje, pretende-se encobrir, sob o manto da reimplantação da democracia e de calculada liberdade, mas com a Lei de Segurança, ameaçadoramente de pé, essa trágica e difícil herança do autoritarismo.

Enfim, Sr. Presidente, os dados estão lançados. Vamos para diante. (Palmas.)